

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte de Fevereiro de dois mil e nove.

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Teixeira da Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. António Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, foi designado a Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha, informou que, na sequência dos pedidos apresentados pelo Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca e pelo Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia para a suspensão dos seus mandatos de 17 a 27 de Fevereiro e de 19 a 29 de Fevereiro, respectivamente, foram convocados o Sr. José Manuel da Silva Borges Gonçalves e o Sr. Nuno Miguel Oliveira Marques Figueiredo, em virtude do Sr. Engº António Pedro de Oliveira Ribeiro Campos não poder estar presente nesta reunião da Assembleia Municipal.

Seguidamente, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Dr. António Simões Saraiva, a Sra. Engª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre e o Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não se encontravam presentes nesta sessão o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, o Sr. António Correia Dias, o Sr. Engº Carlos Artur Simões Esteves Maia e o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, que não remeteram justificação relativa às suas ausências.

Também se encontrava ausente o Sr. João Alberto Garcia de Abreu, Presidente da Junta de Meruge, que designou, para seu substituto o Sr. João Paulo da Silva Abrantes Vaz.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha prestou a seguinte informação elaborada pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal:

“Devido a avaria verificada num dos microfones do sistema de som, a gravação da última sessão da Assembleia Municipal não ficou nas melhores condições, pelo que a respectiva acta ainda não foi terminada devido a dificuldades na audição da referida gravação.

Caso venhamos a ter dúvidas acerca do teor das intervenções de alguns membros da Assembleia Municipal, teremos de os contactar no sentido de nos auxiliarem na redacção das mesmas.”

Terminada a prestação deste esclarecimento, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos no período de Antes da Ordem do Dia, vou colocar uma outra questão, que é a seguinte: tive hoje conhecimento que ficou por agendar o Ponto III porque houve uma deliberação de Câmara sobre um pedido de isenção de pagamento do Imposto Municipal de Sisa que, por lapso dos serviços, não foi agendado.

Vou, agora, dizer qual é, antes de se proceder à votação sobre se incluímos ou não este ponto na Ordem do Dia. E diz o seguinte:

“Pedido de isenção de pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Clínica Médica Dentária de Oliveira do Hospital:

Requer a isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, relativo à aquisição de uma fracção autónoma, designada pela letra “I”, composta por escritório no 1º Andar a poente, do primeiro andar direito do prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo número 2192, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 00854/220293, sito ao Passal, na cidade de Oliveira do Hospital, destinado exclusivamente a manter-se afecto ao exercício da sua actividade de prática clínica em ambulatório e actividades de medicina dentária e odontologia, durante um período mínimo de cinco anos a contar da realização integral do investimento.

Pelos serviços foi elaborada informação em 26 de Dezembro de 2008, na qual se conclui que o pedido se encontra adequadamente instruído, para que a Câmara Municipal o remeta à Assembleia Municipal, a quem compete a autorização nos termos da Lei.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme determina o nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/08, de 26 de Junho.”

Esta deliberação tem a data de 07 de Janeiro de 2009 e, por lapso, não foi remetida para agenda da Assembleia Municipal. A questão que eu ponho é a seguinte: nós, para agendarmos este assunto para esta sessão, precisamos da votação de dois terços regimentais da actual Assembleia. Assim, vou submeter à votação e, consoante isso, o ponto será ou não discutido, até porque hoje a nossa agenda é relativamente pequena e esta é uma questão que, normalmente, demora pouquíssimo tempo.”

O Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não me importo nada que o ponto seja incluído mas não tenho conhecimento do assunto em causa. O Sr. Carlos Rocha fez referência a legislação que eu desconheço, pelo que teria que saber qual é o fundamento, em que é que se fundamenta esta proposta.”

O Sr. Carlos Rocha esclareceu, então, que, caso a Assembleia Municipal aprovasse a inclusão do presente assunto na Ordem do Dia, seria, de imediato, distribuída a respectiva documentação pelos membros deste órgão.

Seguidamente, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Mesa colocou à votação a proposta de inclusão deste ponto na Ordem do Dia, tendo sido aprovada por unanimidade, pelo que se procedeu à distribuição da respectiva documentação de apoio.

Em seguida, entrou-se no período antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Eu tinha dois ou três pontos para colocar a esta Assembleia. O primeiro ponto refere-se, precisamente, às obras da estrada Oliveira / Nelas. Como já se viu, estão a começar a pôr – felizmente – as guias.

Há outro tipo de intervenção que eu acho que já falámos aqui e que é a posição dos railes pois alguns parecem facas afiadas à saída das curvas e à saída de alguns sítios perigosos.

Também queria saber o que é que se passa com a primeira rotunda do Ervedal.

Outro ponto, também em relação à estrada Oliveira do Hospital/Nelas, foi aquele caso altamente perigoso, durante aquela meia-dúzia de dias que esteve sem sinalização, antes da recta de Vila Franca. Foi altamente perigoso. Penso que ainda houve dois ou três acidentes. Mas já está o problema resolvido, pelo que está tudo bem.

Outra questão é que a estrada foi arranjada; depois voltou a ser completamente levantada e, como já lá não passo há três ou quatro dias, não sei se já a complementaram.

O que eu penso é que a estrada Oliveira / Nelas, apesar do dinheiro – o Sr. Presidente da Câmara já falou aqui que lhe custou não sei quantos milhares ou milhões de euros – não está a ficar aquilo que eu pensaria que ficasse, apesar de ainda não ter chegado ao fim. Pensei que a estrada ficasse melhor.

É apenas uma reflexão. Como as obras ainda não estão no fim deve haver coisas que ainda vão ser resolvidas.

O segundo ponto é uma frase que, Sr. Presidente da Câmara, não tem nada de mais. É a sua expressão “nem mais um centímetro de estradas para o Município de Oliveira do Hospital” ou seja, a recepção dos tais cinco quilómetros que passariam ou não para a tutela do Município. Em relação a isto não quero fazer nenhuma crítica. Queria apenas falar sobre isto. Não queria entrar em qualquer tipo de confronto ou de diálogo. Não é por confronto que eu aqui estou, até porque queria dar um exemplo: é que o “não mais um centímetro” levou-me a pensar que o Sr. Presidente terá, concerteza, discutido com as pessoas das Estradas de Portugal como é que esses cinco quilómetros passariam para a tutela do Município, caso fosse essa a situação. Teria que haver trocas, teria que haver conversas: “aceito os cinco quilómetros com todas as infra-estruturas, com as passadeiras, com os sinais de luz, com – inclusive – zona urbana”. Penso que essa seria a melhor maneira de discutir e de fazer contrapartidas em relação – entre aspas – à “banana que lhe podiam estar a pôr debaixo do pé”. Já aqui disse uma vez isso, precisamente acerca da estrada Oliveira / Nelas. Portanto, penso que, pelas suas palavras, não houve qualquer tipo de diálogo ou de pedido de contrapartidas em relação a este centímetro. Penso que este centímetro seria importante se

fosse discutido. Hoje está muito em voga os e-mails. Mas eu penso que, hoje em dia, a presença física ainda é importante. Acho que a discussão em relação a essa troca é só isto, Sr. Presidente, não tem nada de crítico em relação à sua expressão. A única coisa que eu quero saber é se disse esta expressão depois de discutir com eles, se haveria contrapartidas, quais seriam as que o Sr. Presidente exigiria para que a recepção dos cinco quilómetros – o tal centímetro – passasse para a tutela do Município.

A outra questão é sobre o PDM. Eu não estive cá na última sessão. Já estamos com o PDM há cinco ou seis anos. Nem sei se já há sete. O PDM anterior já expirou há dez anos. Eu sei que há algumas coisas que são morosas. Sei que há estudos que são feitos. Sei que há umas situações que podem modificar o PDM, inclusive, e aí eu compreendo. Mas acho que temos que dar um passo em frente nisto. Isto parece uma passadeira para uma pessoa andar a correr quilómetros sem sair do mesmo sítio. Já não saímos do mesmo sítio há uma data de anos em relação ao PDM. Penso que será positivo. Penso que haverá coisas que ainda não estão prontas. Mas acho que já é tempo de começarmos a tomar decisões sobre isto.

Outro ponto era em relação às descargas dos esgotos em Lagos da Beira. Porque entrámos ao mesmo tempo, o Sr. Presidente da Junta já me deu uma pequena explicação mas, de qualquer das maneiras, isto tem que ser chamado à coacção. É não só as descargas para a rede pública dos esgotos mas é também outro tipo de descargas não autorizadas que são habituais na rede pública. E penso que, já que tanto respeitamos o ambiente ou queremos respeitar o ambiente, não podemos ser passivos, temos que ser activos nesta situação.

O último ponto, Sr. Presidente, é uma pequena chalaça da minha parte: o Sr., numa troca de palavras que tivemos aqui uma vez em relação às árvores, disse que ia abater setenta árvores mas que ia plantar duzentas. Sr. Presidente: está na altura de plantar algumas porque senão vem o calor e, depois, não há nenhuma que pegue.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Eu trazia aqui uma recomendação, hoje, porque penso que, nos dias de hoje, o nosso concelho defronta-se com os efeitos da crise, sabendo nós que o concelho de Oliveira do Hospital não é diferente do resto do País. Tem algumas características diferentes, havendo já, na minha opinião, um número considerável de desempregados. Vejam-se algumas empresas... E poderia estar muito pior. E o futuro, em relação às confecções, deixa algumas dúvidas. E também existem algumas bolsas de pobreza que, na minha opinião, é necessário combater. Sem dúvida que esta deve ser uma preocupação de todos mas sobretudo de quem tem responsabilidades políticas. Em primeiro, o Governo e, depois, num outro patamar, o nosso Município. Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, até porque não tenho esses dados e, se calhar, a Câmara tem neste momento: o número de desempregados do concelho. Não tive acesso a isso. Também não tive a preocupação... E se há casos de pobreza extrema que necessitem de ajuda. Se estão diagnosticados dos serviços da Câmara Municipal, se fizeram um determinado diagnóstico. Perante isto, eu penso que cabe sobretudo à Câmara, ao Sr. Presidente, que contacte o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para que este, já que há – e eu tenho conhecimento – alguns programas para combater estes nichos de pobreza, dos desempregados e de exclusão social, para que sejam implementados no concelho de Oliveira do Hospital. E tinha como objectivo central o

próprio combate da pobreza. O Estado e o Governo, na minha opinião têm essa obrigação para connosco. E, por isso, penso que é fundamental que a Câmara seja um interlocutor – e era uma recomendação que eu fazia ao Sr. Presidente da Câmara -, que entre em contacto, porque há programas neste momento para isso. E, se há programas, devemos aproveitar esses programas que existem hoje.

Também tenho visto nos jornais muitas Câmaras que já tomaram determinadas atitudes a nível dos próprios municípios... São públicas, nos jornais. Várias Câmaras que tiveram já algumas medidas, também para facilitar a vida dos seus munícipes. Eu também gostaria de saber se a Câmara de Oliveira já reflectiu sobre isso, se tem algumas medidas em vista, a curto prazo, para ajudar estes tempos difíceis.

Por último gostaria de colocar aqui... No Plano e Orçamento para 2009 – não sei se repararam – havia um Fundo de Emergência Social Municipal e tinha uma verba inscrita... Sou sincero, não sei quanto era. Por acaso fui à procura e não consegui encontrar. Gostaria de saber se já foi utilizado ou se antes de ser utilizado é preciso algum regulamento. Se é preciso elaborar um regulamento, ser aprovado aqui, para depois poder ser utilizado.”

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre as obras na estrada, na EN 231-2, em Vila Franca da Beira: na última Assembleia Municipal fiz questão em aqui exprimir, e partilhar congratulações pela obra da estrada entre Oliveira do Hospital e a Felgueira Velha, em especial no troço correspondente à EN 231-2, dentro da freguesia de Vila Franca da Beira. E disse também que, oportunamente, voltaria ao assunto.

Assim: a CDU começou a reclamar publicamente obras que contribuíssem para reduzir o perigo de circulação nesta via logo em mil novecentos e noventa e cinco. A população de Vila Franca da Beira e os órgãos autárquicos da freguesia exprimiram, por várias vezes e das mais variadas formas, a sua vontade para que as obras se realizassem. E, por várias vezes, apresentaram sugestões concretas sobre elas.

Em Julho de dois mil e cinco – sim, em dois mil e cinco – o actual Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, em declarações abertas à comunicação social e reagindo precisamente a um dos abaixo-assinados recolhidos na freguesia, assumiu publicamente que conhecia bem o caso desta estrada – de que não se duvida, dadas as suas ligações ao concelho – e que tinha mandado fazer um estudo sobre a estrada, estudo esse que ele aguardava por dias para sustentar alguma intervenção na estrada, pelo que estava tudo em aberto. Ora, é sabido que o Secretário de Estado Adjunto não deu andamento ao seu compromisso público, ou seja, nem forneceu qualquer estudo, nem reclassificou a estrada, nem veio a conceder outro tipo de apoio, designadamente apoio financeiro para executar a obra. Em Julho de dois mil e cinco. Este foi o primeiro compromisso do Secretário de Estado com o Município e fêz o primeiro que ele não cumpriu. Depois houve mais. Desde cedo conhecedora deste compromisso do Secretário de Estado Adjunto, a Câmara Municipal não interveio convictamente no sentido de ele o vir a cumprir. Quer dizer: o Secretário de Estado Adjunto fugiu ao seu compromisso e a Câmara facilitou-lhe a fuga. Por causa disso tudo, a Câmara Municipal vai agora gastar na obra desta estrada na ordem de dois milhões e meio de euros, a saírem exclusivamente dos cofres municipais.

Entretanto, a obra avança, embora aos solavancos.

Ora, naquilo que diz respeito à freguesia de Vila Franca da Beira, a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, apesar de o ter solicitado, nunca teve acesso ao projecto concreto de intervenção na estrada, embora tenha sido informada em geral, digamos assim. Nesta situação fomos, agora, vendo a obra aparecer e imediatamente pudemos informar, exprimir, a nossa posição à Câmara, posição que foi e é a seguinte:

- consideramos excessivo e mesmo desnecessário o triângulo de betão na confluência da estrada velha;

- consideramos excessiva e mesmo desnecessária a escapatória em betão no eixo da via, junto à confluência da estrada velha.

Não. Não se trata aqui do “preso por ter cão e preso por não ter” mas sim do “ou é oito ou oitenta”. Também não se trata apenas nem principalmente de uma questão técnica mas sim de uma questão de visão e de bom-senso. Afinal trata-se de retirar ou acrescentar perigo de circulação nesta via. E, nestes dois implantes em betão, nem há visão nem há bom-senso porque se vem acrescentar mais perigo. Até agora já houve dois ou três acidentes na nova escapatória. Ou seja ainda: um dia, estes dois erros terão de ser corrigidos. E a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira já sugeriu à Câmara Municipal a forma de os corrigir. A questão é, outra vez, a de sabermos se estes erros se corrigem antes de acontecerem os tais acidentes graves. Uma das principais formas de evitar mais acidentes graves – pelo menos à noite – é iluminar continuamente toda esta zona da estrada. Esperamos que já esteja prevista, essa iluminação pública.

E não podemos deixar de referir, ainda, que há alguns abusos e há negligência por parte da execução da empreitada. A Câmara também já foi informada. Esperamos agora que isto também seja corrigido.

E estamos para ver como vão surgir as duas plataformas elevadas no pavimento dos dois cruzamentos principais, dentro da povoação. Haja bom-senso!

Terminamos, apelando, uma vez mais, para o bom-senso e para que se concretize o objectivo final, que é permitir uma circulação mais cómoda e, sobretudo, menos perigosa nesta estrada.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Luís Martins de Almeida:

“Hoje trago aqui uma recomendação para ser votada pela Assembleia e uma pergunta para o Sr. Presidente da Câmara:

“O caos financeiro, a grave crise económica e social, os dramas de milhões e milhões de seres humanos que todos os dias são confrontados com o desemprego e o encerramento das suas empresas são problemas reais que resultam das políticas seguidas pelos diversos governos mundiais mas também pelos sucessivos governos do nosso País.

Os trabalhadores portugueses não foram nem são os responsáveis pela actual crise. Desta forma, é de rejeitar quaisquer tentativas de fazer com que, mais uma vez, a factura da crise seja paga exclusivamente pelos mesmos de sempre. Estão comprovadamente esgotadas as receitas neo-liberais que levaram à actual crise do sistema capitalista. Por isso, é inevitável que se aproveite este momento para acentuar ainda mais a repressão e os constrangimentos impostos aqueles que vivem do seu trabalho. A garantia de melhores condições de vida e de melhores salários aos trabalhadores é essencial para estimular o

mercado interno. Da mesma forma, é necessário apoiar os milhares de trabalhadores que assistem ao encerramento das suas empresas e garantir a sua rápida inserção no mercado de trabalho e o reforço do apoio social que lhes assiste enquanto estão no desemprego. Nos últimos anos, o nosso concelho assistiu ao encerramento de várias empresas, com especial destaque para as confecções. O sector têxtil e das confecções é um dos sectores que mais tem exigido medidas urgentes que lhe permita fazer face a este momento de crise. Assim, proteger as micro, pequenas e médias empresas deve também ser uma prioridade para um futuro próximo.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital envia as seguintes “recomendações” ao Governo, que deverão ser implementadas o mais rapidamente possível:

1. Reforço da Rede de Protecção Social, nomeadamente para os trabalhadores vítimas do desemprego, a quem deve ser garantido o acesso ao subsídio de desemprego e à reforma sem qualquer penalização, desde que:

i) tenham, no mínimo, 40 anos de contribuições para a Segurança Social, independentemente da idade, ou

ii) tenham idade igual ou superior a 55 anos;

iii) aos outros trabalhadores, e no caso de manifesto e provado insucesso na inserção no mercado de emprego, garantir o prolongamento da atribuição do subsídio de desemprego até alcançarem uma das situações referidas anteriormente;

iv) isenção de apresentação quinzenal no Instituto de Emprego e Formação Profissional aos trabalhadores abrangidos pelas alíneas i) e ii);

v) pagamento dos retroactivos pelos cortes verificados em 2007 e 2008 nas pensões de reforma;

2. Aplicação e reforço das equipas AGIIRE no sentido de impulsionar de forma preventiva e pré-activa, em colaboração com os parceiros sociais, soluções capazes de salvar, reestruturar, inovar e modernizar as empresas produtivas da Região, combatendo a precariedade e garantindo o emprego com direitos; desenvolvimento de políticas activas de emprego e a efectivação do direito à formação profissional de trabalhadores activos e desempregados;

3. Resposta rápida aos problemas das micro e pequenas empresas, com pagamento das dívidas do Estado, acesso mais fácil ao crédito (inclusive para fundos de tesouraria) e ao apoio de fundos comunitários (QREN, PRODER, PROMAR), modificação dos mecanismos de pagamento do IVA e eliminação do Pagamento Especial por Conta (PEC);

4. Redimensionamento dos investimentos previstos no PIDDAC do Orçamento do Estado de 2009, de forma a aumentar significativamente as verbas atribuídas aos Concelhos do Pinhal Interior Norte e da Beira Serra, concretizando um conjunto de projectos de infra-estruturas públicas há muito consideradas e que poderiam impulsionar, efectivamente, a economia local;

5. Medidas para reduzir a factura energética das empresas, face até à previsão dos preços do petróleo para 2009, nomeadamente nos combustíveis, energia eléctrica e gás natural travando os aumentos anunciados de 5,9% na electricidade e 8,7% no gás; e de uma forma sistematizada, deveriam ser analisadas propostas de redução dos custos dos factores de produção dos diversos sectores, agricultura, pescas, indústrias transformadoras;

6. *Avaliação dos problemas que atingem as pequenas empresas das áreas do têxtil e vestuário, metalurgia e construção civil e a tomada das medidas que se impuserem, nomeadamente face à política de comércio externo da União Europeia; é urgente, por exemplo, a reconsideração pelo Governo, junto da União Europeia, das políticas de duplo controlo das importações da China e outros países emergentes.*”

Em seguida, tinha uma questão para colocar ao Sr. Presidente da Câmara: a verba que é atribuída directamente pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia é fundamental para que estas possam desempenhar muitas das competências que lhe estão associadas e que são fundamentais para garantir a qualidade de vida dos seus habitantes. Interpelo V. Exa. no sentido de esclarecer este órgão de quando se fará a transferência dessas verbas para as freguesias.”

Depois de terminada a intervenção do Sr. Luís Martins Almeida, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“Vou dizer o mesmo que disse aqui há uns tempos. Hoje, a minha senha de presença tem que ser paga como deputado nacional e não como deputado da Assembleia Municipal porque isto tem a ver com a política nacional e não com política municipal.

No seu todo, eu acho que a apresentação da proposta está correcta: quando se defendem as pequenas e médias empresas – que representam cinquenta e cinco a sessenta por cento do emprego em Portugal –, quando as empresas nacionais representam vinte por cento do emprego, quando as empresas multinacionais representam entre vinte e vinte e cinco por cento.

Nós não podemos esquecer outro aspecto importante: é que, da maneira como está escrita a moção, até parece que a culpa é toda de Portugal e do Governo de Portugal. Eu penso que não. Que, infelizmente, estamos todos “no mesmo barco”. Desde a China, que foi falada há pouco, onde já existem vinte e cinco a trinta milhões de desempregados no espaço de três ou quatro meses, onde, neste momento, existe um crescimento de cinco por cento que, para os chineses, já é negativo. Que existe na América, que existe na Alemanha. Ainda hoje fiquei estupefacto quando ouvi na rádio que a SAAB – uma das empresas da *General Motors* – era capaz de fechar. Que atrás disso, se calhar iria também a OPEL. Isto, no fundo, é um conjunto mundial que nos está a levar a um extremo que nós não sabemos bem onde é que vamos parar.

Eu também tenho algumas dessas preocupações e essas preocupações já foram postas aqui antes pelo Prof. José Carlos, em relação à função da própria Câmara, aos princípios em que foram feitos alguns dos programas.

Agora, virmos para aqui fazer moções em que parece que os culpados é o País e o Governo, quando nós sabemos que estamos todos, infelizmente, a nível mundial, em crise...

Que aquilo que deve ser feito, se calhar, não é fazer greves, não é parar. É tentar olhar para o lado e dizer assim: se nós temos dois empregos e um tem que acabar, se calhar, o melhor é pôr o emprego a trabalhar seis horas para o outro também ter seis horas para trabalhar. Se calhar, era preferível um empregado perder num emprego cem ou duzentos euros e não existir o outro ir para a rua. Eu acho que há tanta coisa para fazer neste País, neste mundo, mas nós só estamos a “olhar para o nosso umbigo”. Penso que nós, neste momento, devemos estar preparados, infelizmente, para as piores coisas. Devemos estar preparados para

o desemprego, que, para mim, é a grande preocupação deste concelho. E falou há bocado nisso. Mas não nos podemos esquecer que, se houver desemprego, se houver falta de poder de compra nos outros países... E nomeadamente em Espanha, que tinham previsto quinze por cento de desemprego e que agora já prevêem dezanove por cento... Se calhar, essas empresas de que falou mais depressa vão à falência, esses empregos mais depressa acabam. O tal Fundo, da Câmara, que foi falado aqui há bocado, se calhar não chega nem para metade de meia empresa, quanto mais para os empregados todos.

No fundo, as minhas palavras parecem uma confusão. Sabem porquê? Porque o meu sentimento também é confuso em relação a isto tudo. É que o culpado de isto tudo... E tem razão quando diz que tem que se inventar mais um “ismo”. Era o nazismo, o capitalismo, o fascismo, o socialismo. E agora? Qual é o “ismo” que aí vem? O que é que se tem que repensar? O que é que se tem que reinventar? E é com isto que nós devemos estar todos preocupados. Devemos olhar para o lado e não estar a olhar sempre para um sítio, focalizar as coisas de uma maneira fechada. Nós temos que estar abertos às soluções, temos que estar abertos a tudo porque o grande problema vai ser o desemprego. E, se houver desemprego, não somos só nós que perdemos. Quando fala no petróleo, não somos nós que controlamos. Quando fala na energia, se calhar não somos nós que controlamos. Quando se fala no gás, não somos nós que controlamos. Portanto, o que nós temos que fazer é sermos solidários e ajudarmo-nos uns aos outros. E pensarmos, olharmos para o lado, pensarmos que temos que “dar as mãos” em conjunto para podermos vencer esta crise e ver se conseguimos sobreviver a estes dois próximos anos. Depois, veremos.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre este assunto, de facto, estamos a começar a debater a crise económica, que se agudizou a seguir à crise financeira. Está a começar a bater no nosso País. Os tempos que vêm aí são, seguramente, dos mais difíceis das nossas gerações. Sobre isso, ninguém é pessimista; eu sou um optimista informado. E também sei que havemos de superar essas crises, não sei quando nem à custa de quê. Portanto, sou um pessimista por ser optimista informado.

Mas, atenção, isto não é de geração espontânea. Que eu saiba, não está nas Tábuas de Moisés nem Deus, Nosso Senhor, ditou a Moisés que seja a oitava praga do Egipto. Isto tem responsáveis, tem políticas, sobretudo nos últimos trinta anos, que conduziram aquilo que era inevitável que acontecesse. E, se quiserem ler documentos do PCP de há vinte anos atrás, vão lá ver pois isto está previsto ao milímetro. O problema nosso – nós, PCP – é que acertamos nas más previsões ao milímetro e, às vezes, não acertamos nas boas previsões. Esse é que é o problema. O Sr. ex Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, o campeão do neo-liberalismo, agora vem dizer “não, é preciso nacionalizar os bancos”, embora depois tenha dito “temporariamente”. A gente sabe o que é que isto quer dizer que é o que está a acontecer aqui: nacionalizem-se os prejuízos dos bancos para os subsidiar com dinheiro público. Mas a banca, em Portugal, continua a ter quase quatro milhões de euros de lucro por dia. E o Sr. Amorim, que despediu duzentos e tal trabalhadores, continua a ter milhões de lucro por dia. Portanto, a crise não é para todos nem de igual forma para todos.

“Demos todos as mãos”. Mas todos, quem? O Amorim? Com meia dúzia de outros que vão buscar vinte mil milhões de euros de aval do Estado para agora não “soltarem” o empréstimo às pequenas e médias empresas, que é o que a banca está a fazer? Para tirarem da

falência o Sr. Joe Berardo, com seiscentos milhões de euros? É isso? Era o que faltava... todos “embarcamos” nessa brincadeira de “termos todos a culpa”. Não. Nem a culpa morre solteira nem somos todos iguais. Os cidadãos não são todos iguais. Eu não me confundo como cidadão com o cidadão Amorim. Quero ser muito diferente dele, em todos os sentidos. E nem o conheço pessoalmente nem estou interessado em conhecer.

Quem assinou o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia foi um Senhor chamado António Guterres. Durante doze anos, pagámos aqui com “língua de palmo” porque era preciso conter o déficit. Passar o déficit do Orçamento para zero por cento. E andámos aqui com contenção de salários, de pensões, de reformas, destruição do aparelho produtivo, benefício de seis ou sete grandes grupos financeiros económicos. Afinal, para sairmos da crise, agora vão duplicar o déficit no Orçamento Rectificativo. Passou para quatro por cento. E, quando chegarmos ao fim deste ano – que é de três eleições – aposto que esse déficit está, no mínimo, em cinco por cento. Então, para que é que serviram esses sacrifícios, quem é que enganou o Povo e quem é que se prepara para enganar o Povo outra vez? Isto é debate político e vamos discutir isso para que as pessoas pensem na vida. Pensem na vida.

Mas os trabalhadores acabam por ser sempre os primeiros a pagar a crise. Há, de facto, grandes dificuldades. Há falências de não sei quantas pequenas e médias empresas por dia. E aqui em Oliveira do Hospital há empresários que até queriam cumprir os seus compromissos e que estão “à rasca”. Mas também haverá aqui alguns – e fora daqui haverá muitos mais – que aquilo que querem é, despedindo trabalhadores e baixando salários, manter as suas elevadas taxas de lucro. E as grandes empresas a continuarem a “mamar” no erário público. Quem é que “mama” mais que a banca neste País? Aqueles que dizem “quanto menos Estado melhor”. Cada vez que o Belmiro diz “quanto menos Estado melhor” já ganhou cem milhões de euros. Diz duas vezes na mesma noite e já ganhou mais duzentos milhões de euros do nosso dinheiro público.

A moção perdeu um pouco o sentido porque foi muito extensa mas aquilo que se trata é, de facto, de acudir aqui, no sector das confecções.

O nosso problema é que nós acertamos nas más previsões. Somos bruxos? Não. Porque isto não podia dar noutra coisa. E ainda vai dar em pior. Querem mais crise em cima da crise. O neoliberalismo levou à falência do sistema financeiro. “Toda a economia livre”. E eles dizem “é preciso liberalizar ainda mais”. Ou seja, mais crise em cima da crise. Então, para onde é que a gente vai?

É difícil agora sintetizar a moção porque foi, de facto, extensa. Mas a questão é apelar aqui para os micro, pequenos e médios empresários e para os próprios trabalhadores. Da nossa parte, do PCP, é, em primeiro lugar para os trabalhadores. E, naturalmente, para aqueles empresários... E Oliveira do Hospital teve um tecido empresarial aqui há cinquenta anos que lançou... O problema também foi porque nunca se diversificou o tecido produtivo do concelho. Estão, de facto, fragilizados. Mas isso é outra conversa. Mas, quem vendeu a tecnologia do têxtil à China foi a Alemanha. A Alemanha é que vendeu a nova tecnologia do têxtil à China em troca dos comboios de alta velocidade. Os franceses querem vender as armas, bem como os americanos e os ingleses. E agora não deixamos a China exportar?

O problema é, de facto, esta “caldeirada” em que nos meteram. Nós não vivemos sozinhos, nem podemos viver sozinhos nem nunca seremos auto-suficientes. Temos que viver

com os nossos parceiros e com os nossos vizinhos. Ou isto muda – a substância, a essência – ou daqui por dois anos vamos estar prior.

Eu faço apenas um apelo para que o pessoal compreenda que a situação é dramática e que não estamos livres de viver dos piores dias das nossas gerações. Só espero é que não haja guerra. Portugal já tem tropas ou polícia em dezassete países. Eu não sei se estamos a competir com os Estados Unidos. Também gostava de saber quanto é que isso custa ao País.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a seguinte proposta de recomendação apresentada pelo Sr. Luís Almeida, tendo sido aprovada por maioria, com vinte abstenções.

“A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital envia as seguintes “recomendações” ao Governo, que deverão ser implementadas o mais rapidamente possível:

1. Reforço da Rede de Protecção Social, nomeadamente para os trabalhadores vítimas do desemprego, a quem deve ser garantido o acesso ao subsídio de desemprego e à reforma sem qualquer penalização, desde que:

i) tenham, no mínimo, 40 anos de contribuições para a Segurança Social, independentemente da idade, ou

ii) tenham idade igual ou superior a 55 anos;

iii) aos outros trabalhadores, e no caso de manifesto e provado insucesso na inserção no mercado de emprego, garantir o prolongamento da atribuição do subsídio de desemprego até alcançarem uma das situações referidas anteriormente;

iv) isenção de apresentação quinzenal no Instituto de Emprego e Formação Profissional aos trabalhadores abrangidos pelas alíneas i) e ii);

v) pagamento dos retroactivos pelos cortes verificados em 2007 e 2008 nas pensões de reforma;

2. Aplicação e reforço das equipas AGIIRE no sentido de impulsionar de forma preventiva e pré-activa, em colaboração com os parceiros sociais, soluções capazes de salvar, reestruturar, inovar e modernizar as empresas produtivas da Região, combatendo a precariedade e garantindo o emprego com direitos; desenvolvimento de políticas activas de emprego e a efectivação do direito à formação profissional de trabalhadores activos e desempregados;

3. Resposta rápida aos problemas das micro e pequenas empresas, com pagamento das dívidas do Estado, acesso mais fácil ao crédito (inclusive para fundos de tesouraria) e ao apoio de fundos comunitários (QREN, PRODER, PROMAR), modificação dos mecanismos de pagamento do IVA e eliminação do Pagamento Especial por Conta (PEC);

4. Redimensionamento dos investimentos previstos no PIDDAC do Orçamento do Estado de 2009, de forma a aumentar significativamente as verbas atribuídas aos Concelhos do Pinhal Interior Norte e da Beira Serra, concretizando um conjunto de projectos de infra-estruturas públicas há muito consideradas e que poderiam impulsionar, efectivamente, a economia local;

5. Medidas para reduzir a factura energética das empresas, face até à previsão dos preços do petróleo para 2009, nomeadamente nos combustíveis, energia eléctrica e gás natural travando os aumentos anunciados de 5,9% na electricidade e 8,7% no gás; e de uma forma sistematizada, deveriam ser analisadas propostas de redução dos custos dos factores de produção dos diversos sectores, agricultura, pescas, indústrias transformadoras;

6. Avaliação dos problemas que atingem as pequenas empresas das áreas do têxtil e vestuário, metalurgia e construção civil e a tomada das medidas que se impuserem, nomeadamente face à política de comércio externo da União Europeia; é urgente, por exemplo, a reconsideração pelo Governo, junto da União Europeia, das políticas de duplo controlo das importações da China e outros países emergentes.”

Terminadas as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no período antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Vou, de forma mais ou menos breve, responder às questões que foram formuladas

Sobre a questão da estrada Oliveira do Hospital/Nelas, colocada pelo Sr. Carlos Mendes e pelo Prof. João Dinis, gostaria de dizer o seguinte: a pintura horizontal da via está a começar de ser feita, ou seja, vai ser feita, nesta primeira fase, entre Oliveira e Lagares da Beira, mais concretamente à rotunda do cruzamento de Lagares para Meruge e para o Ervedal. Quanto aos railes, já aqui falei, em tempos, que está previsto melhorar situações perigosas já existentes e acrescentá-los em zonas que também são consideradas perigosas. Normalmente, este é o último trabalho a fazer na via. A empresa que executará estes trabalhos é subcontratada pela empresa adjudicatária e será o último trabalho a fazer. Relativamente à questão da sinalização e aos ditos acidentes na zona de Vila Franca / Limite do Ervedal, gostaria de dizer que o empreiteiro tinha sinalização na obra mas foi tirada e virada por mais do que uma vez por desconhecidos. Tive alguns contactos do Sr. Sargento da GNR e eu próprio fui ao local e verifiquei que havia sinalização virada. Há, efectivamente, acidentes. Aliás, os Srs. Membros da Assembleia têm um bom exemplo naquele triângulo que está ao pé das escolas e que eu deixei lá ficar de propósito para servir de exemplo e para que as pessoas possam ver aquilo que alguns são capazes de fazer. Portanto, a sinalização existia e o empreiteiro tinha sinalização. Inclusivamente, a meu pedido, deslocou-se à obra em dias que não eram de trabalho e à noite. Assim, havia sinalização mas simplesmente também havia alguns que estavam interessados em que ela não existisse.

No que respeita ao facto da estrada ficar melhor ou pior, julgo que existem algumas pequenas deficiências no pavimento, nomeadamente nas zonas de ligação, mas que eu já chamei à atenção da fiscalização. Na ligação do tapete, quando deixa de um dia para o outro e faz a ligação, há ali situações de alguma irregularidade. Ainda não tenho os resultados das análises laboratoriais que mandei fazer, nomeadamente à qualidade do betuminoso e à sua espessura. Portanto, eu estou atento às obras, naturalmente como é minha obrigação.

Sobre a questão da rotunda do Ervedal, existiu, efectivamente, um episódio que eu diria “pouco simpático” porque houve uma entrada numa propriedade sem autorização. Quando tive conhecimento da situação mandei, de imediato, repor tudo como estava originalmente. Tentei dialogar com a pessoa proprietária. Tinha dialogado bastante antes com o irmão dessa pessoa. Tinha solicitado autorização para colocar estacas para fazer a picotagem para que o proprietário pudesse ver qual era a área que iríamos ocupar. Em tempo útil não foi possível falar com o proprietário porque o irmão dizia-me que, habitualmente, ele estava em Midões e eu nunca consegui encontrá-lo lá. E, depois, fui surpreendido com a situação da entrada indevida no terreno. Mandei repor a situação e tentei falar com o proprietário. O proprietário fechou-se ao diálogo com a Câmara e remeteu o caso para um gabinete de

advogados. Falei com a advogada, fiz-lhe a proposta que a Câmara devia fazer, começando por lhe propor um valor para ressarcir o abuso que tinha havido na entrada na propriedade. Depois, fiz a proposta para aquisição dos duzentos e cinco metros necessários à execução da obra. Esta proposta de aquisição foi igual à que foi feita a todos os proprietários com os quais já temos o processo acordado e a resposta que recebemos foi que o preço proposto nem servia sequer para iniciar negociações. Ora, face a situações desta natureza, nós temos uma outra solução estudada, que não é tão boa como a que estava prevista, mas, em princípio, vamos avançar para essa solução e também vamos avançar para a expropriação daquela parcela de terreno. Isto porque acho que não tem havido, da parte do proprietário, a abertura necessária para chegarmos a um acordo sobre isso. Eu – disse-o em reunião de Câmara, digo-o aqui e em toda a parte – prefiro maus acordos a boas decisões judiciais. Mas, quando não há condições sequer para fazer maus acordos, tem que se avançar para as decisões judiciais.

Relativamente ao segundo ponto que o Sr. Carlos Mendes colocou aqui dizendo que não queria criar polémica, eu também não quero criar polémica. E, abertamente, digo aqui aquilo que penso relativamente à expressão “nem mais um centímetro”. Quando eu falei em “nem mais um centímetro” foi nas condições em que foram os quilómetros da estrada para a Felgueira. Como, até hoje, nunca se viu, da parte da entidade gestora das estradas, qualquer acção de boa-vontade para com as autarquias. O que eles querem é “despachar” hoje para amanhã não terem nada a ver com isto. Assim, o que quis dizer foi “meus Senhores, diálogo pode haver mas, nessas condições, não pensem que há qualquer aceitação da nossa parte”. E também queria dizer que nem sei como é que as Estradas de Portugal iam gerir a entrega dos tais quilómetros da Estrada da Beira? Na zona em que estamos a falar, a Estrada da Beira faz a divisão entre os concelhos de Oliveira do Hospital e de Tábua. Então, ficava uma faixa para um concelho e outra faixa para o outro? É a pergunta que eu faço: como é que isto era feito? Acho que, quem fez aquela proposta, nem pensou minimamente no que estava a fazer. Porque eu acho que a primeira coisa que deviam fazer era terem uma conversa prévia com as autarquias, dizerem o que pretendiam e, depois, apresentar a proposta por escrito. E isso não foi feito. Até podiam ter feito algo mais simpático: o Responsável Distrital é novo e até lhe ficava muito bem apresentar-se aos Presidentes de Câmara do Distrito. Porque, se eu recebo hoje o troço da estrada, até é simpático e, politicamente, é o melhor possível. Ponho os indivíduos a fazer obras, eu passo como sendo o senhor das obras, amanhã vem para cá não sei quem e assume os custos. Não é isso que eu quero para o concelho de Oliveira do Hospital. O que eu quero para o concelho de Oliveira do Hospital é ter boas estradas, boas acessibilidades, mas reduzir ao mínimo os custos com essas acessibilidades para que possamos ter disponibilidade financeira para fazer outro tipo de investimentos, nomeadamente a este nível. Isto porque as nossas estradas custam-nos muito dinheiro e algumas delas começam a precisar de ser novamente tratadas e outras ainda nem sequer estão requalificadas. Portanto, foi dentro desta perspectiva que eu fiz esta referência e que mantenho: nas condições em que eu sei que eles querem fazer a transferência, nem pensar, nem um centímetro.

Quanto ao PDM há sete anos: os últimos foram aprovados com dez, onze e doze anos. E só para dizer ao Carlos Mendes que, com sistemas destes, é impossível termos revisão do PDM a curto prazo. É que ainda recentemente saiu uma lei sobre a possibilidade

de construção em zonas de risco de incêndio, pelo que tivemos que alterar as cartas outra vez. E tem a ver com o seguinte: até aqui, o nosso PDM – que está em vigor até que seja feita a sua revisão – prevê que, em espaço florestal, se um indivíduo tiver dez mil metros quadrados, pode construir uma casa com uma implantação de cento e cinquenta metros quadrados. Assim, desde que tenha o terreno, pode fazê-lo. Com esta alteração à lei, para que o indivíduo possa fazer a casa com a mesma área, tem que ter cinquenta metros para cada lado da casa sem árvores, para estar defendido – hipoteticamente – dos incêndios. Portanto, esta nova lei vem trazer estas limitações em termos de construção nesses espaços classificados como florestais. Assim, com situações destas, com a avaliação estratégica ambiental – que ainda não está concluída – continuamos nesta senda, neste “marcar passo” relativamente à questão da revisão do PDM.

Sobre a questão das descargas dos efluentes: a Dra. Maria José levantou este problema na última reunião de Câmara e eu disse-lhe que não tinha conhecimento da situação em causa e que ia analisá-la. Ainda hoje fiz essa análise com os responsáveis do sector na reunião que faço semanalmente com eles e o que acontece é que aquilo que devia ser possível fazer não é possível. Ou seja, as Águas do Zêzere e Côa não nos permite despejar o limpa-colectores directamente na ETAR porque as cargas orgânicas são excessivas e os arejadores não têm capacidade para dispersar toda a matéria orgânica. Então, exigem que façamos a descarga em pontos em que efluente chegue lá por uma via considerada normal. Em função disso, estivemos hoje a analisar a situação e a procurar arranjar pontos de descarga que causem o mínimo de transtorno aos munícipes. E é isso que, futuramente, irá ser feito.

Em simultâneo, existe o problema das fossas sépticas cujas ETAR ainda não estão construídas e essas têm que continuar a ser limpas com os carros de limpeza, pois não há outra solução para o problema.

Em relação à plantação das árvores, em tom de brincadeira também vou dizer que o Carlos Mendes está desfasado das novas técnicas de plantação das árvores. As árvores vêm envasadas e até no pino do Verão podem ser colocadas e não têm problema nenhum. Tivemos até um bom exemplo: na requalificação desta zona toda da cidade, todas as árvores foram colocadas em pleno Verão e elas lá estão com o desenvolvimento que toda a gente vê. Portanto, esse não é um problema, seguramente.

Sobre a questão dos efeitos da crise e o problema da crise, eu até gosto de falar sobre isso. Porque o que eu não percebo é que, se hoje temos medidas de excepção para tudo, porque é que também não há uma medida de excepção a permitir às autarquias que, durante um ano ou dois, empreguem cem ou duzentas pessoas por exemplo, para fazer limpeza florestal ou para desenvolver qualquer outro trabalho? Porque é que as autarquias continuam a estar limitadas no que diz respeito à contratação de pessoal, numa situação como aquela que nós vivemos? Porque é que o Governo não transfere para as autarquias verbas para que as autarquias façam as tais pequenas obras ao nível da construção civil, das vias, das águas, do saneamento, e possam ter as pequenas e médias empresas a trabalhar, a criar emprego e a manter pessoal a trabalhar. Isto é que eu não entendo: estar-se mais preocupado com a questão do subsídio do que com a questão do trabalho. E isto é que é negativo. É a pior coisa que se pode fazer.

Respondendo ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino: os dados do emprego que estão no *site* do Instituto Nacional de Estatística são: em Dezembro de dois mil e oito tínhamos seiscentos e vinte e seis desempregados, com especial incidência nas mulheres detentoras de fracas qualificações e idades compreendidas entre os trinta e cinco e os cinquenta e quatro anos. Também queria dizer que os programas do Governo devem ser aplicados pelo próprio Governo, não pelas autarquias. O Governo tem uma estrutura local, que é sua, e que deve fazer a aplicação desses programas. Tem aqui a estrutura da Segurança Social, que deve estar no terreno e que, em articulação com os técnicos de serviço social que existem nas nossas IPSS, fazer a aplicação desses programas.

Surgiu agora um programa novo do Governo e que são os chamados Gabinetes de Inserção Profissional. O Sr. Vereador José Francisco tinha até lançado um desafio, através da comunicação social, para a Câmara se candidatar, só que já estava atrasado porque os serviços já estavam a tratar da candidatura, tendo sido entregue ontem. Eu espero é que o Governo não faça com essa candidatura aquilo que tem feito com tantas outras que a Câmara tem apresentado e que, simplesmente, as tem reprovado. E, na altura própria, falarei aqui de algumas recusas de candidaturas que, concerteza, vão deixar os Srs. Membros desta Assembleia um bocado estupefactos. Não obtivemos, do outro lado, a receptividade que contávamos ter. Ainda recentemente, apresentámos candidatura para a construção de um mini-campo desportivo; aprovaram seis ou sete para o distrito de Coimbra mas a nossa, mais uma vez, foi ignorada.

Mas continuo a dizer que, no que diz respeito aos empregados, mais importante do que dar subsídios, é ter as pessoas a trabalhar. E eu, enquanto Presidente da Câmara, cá estou para, a esse nível, fazer aquilo que deve ser feito. Acho é que é importante as pessoas estarem a trabalhar, que tenham a mente ocupada. A pior coisa que se pode fazer é colocar uma pessoa em casa. No início, ainda é capaz de estar inconformada e ir à luta mas, ao fim de algum tempo, começa a acomodar-se a essa situação. Isso é que eu não quero que aconteça em Oliveira do Hospital.

Relativamente ao Fundo Municipal de Emergência Social – e eu já disse isto numa reunião de Câmara – será aplicado em situações de carência verificadas através dos serviços de acção social, com os respectivos relatórios. Isto porque também há, às vezes, alguns que se revelam ser carentes e que, depois, na prática e analisados os elementos sócio-económicos do agregado, verifica-se que não estão em situação de carência. Portanto, o dinheiro é para ser aplicado mas para ser aplicado com quem precisa.

O Sr. Prof. João Dinis falou da questão do Sr. Secretário de Estado Adjunto, da “promessa feita e não cumprida” e disse que a Câmara devia insistir. A Câmara insistiu até onde devia, até ao momento em que foi dito que não era possível resolver a situação. Possível, eu acho que era, se houvesse vontade política. Mas, não havendo vontade política, não podíamos continuar a permitir que a estrada continuasse no estado em que estava, pelo que tivemos que avançar para a obra, apesar dos sacrifícios. Também queria lembrar que, recentemente, o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios falou sobre os três mil quilómetros de estradas que as Estradas de Portugal queriam transferir para as autarquias, das tais que dizem que não estão classificadas. E, se não estão classificadas, são “empurradas” para as autarquias. Eu acho que não pode nem deve ser assim.

Quanto às questões que foram levantadas sobre a escapatória e o triângulo, queria dizer que há regras técnicas para projectar esses elementos. Não é à vontade de cada um. Mesmo as rotundas, para serem funcionais, têm que ter determinado raio. E também há rotundas galgáveis, das quais eu já falei aqui uma vez, que têm dois eixos, um raio mais curto e outro mais alargado e, entre os dois raios, as pessoas podem circular se houver necessidade disso.

Sobre a questão das plataformas: Prof. João Dinis, foi-lhe até entregue o projecto. Viu-o por diversas vezes. As plataformas até eram para ser feitas antes da intervenção na via. Em relação à escapatória também lhe mostrei o projecto, por mais do que uma vez, no meu gabinete. Viu isso, até por causa dos terrenos que precisávamos. Estivemos os dois lá no local, juntamente com o fiscal da obra e o empreiteiro, para vermos quantos metros é que íamos ocupar.

Quanto à iluminação, é uma questão que tem que ser vista porque, naturalmente, não foi prevista no projecto. Mas eu queria esclarecer que, antes da escapatória que está a falar, vai levar um triângulo pintado na via e o respectivo eixo. Ou seja, aquilo que hoje refere como sendo a eminência de um perigo, quando a pintura estiver feita, vai ver que não há lá nenhuma eminência de perigo porque tem a devida sinalização horizontal.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Luís Almeida sobre as transferências para as freguesias, queria lembrar que o dinheiro é pouco, que ainda não recebemos nada do QREN e que, se nós não temos aqui nada a “correr” não temos como fazer “correr” para os outros lados, nomeadamente para as freguesias. Portanto, há estas limitações. Eu espero que esta questão do QREN se resolva quanto antes e que passemos a ter algum fluxo financeiro desses fundos para, depois, podermos apoiar as juntas de freguesia, como sempre fizemos.

No que respeita à necessidade de regulamento para o Fundo de Emergência Social Municipal, o regulamento que temos de apoio às famílias em termos sociais serve perfeitamente. Para além disso, estas situações são decididas pelo Executivo e com base em relatórios sociais. O que estamos agora a fazer é a alteração à Carta Social e, nesse documento, estamos a prever a definição de um novo regulamento – que virá depois aqui – dado que hoje temos novas situações em termos sociais. Isto para aligeirar, digamos assim, a aplicação de uma medida desta natureza. Mas, neste momento, não há nada que nos impeça de aplicar o Fundo de Emergência Social Municipal no apoio a famílias carenciadas.

Queria só dizer mais uma coisa sobre o desemprego: acho que uma das medidas, da qual ninguém falou ainda e que o Governo devia accionar, era a proibição dos segundos empregos.”

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
22.DEZ	Entrega de Cabazes de Natal a Famílias Carenciadas
08.JAN	Reunião com empresa SojaInvest
10.JAN	Assinatura de Contrato de Consórcio Provere – Aldeias do Xisto, no Fundão
12.JAN	Reunião do Órgão de Gestão do GAL – ADIBER, em Góis

15.JAN	Conselho de Parceiros da Beira Serra, na ADIBER
16.JAN	Reunião com Presidentes de Junta do concelho – Oliveira OnLine
17.JAN	Participação em Mesa Redonda da Liga Portuguesa contra o Cancro, na Casa da Cultura
19.JAN	Reunião do Conselho Executivo da CIMPIN, em Vila Nova de Poiares
21.JAN	Reunião com Direcção da Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito, de Lagares da Beira
22.JAN	Reunião com Administradores da IRSIL
23.JAN	Reunião do Conselho Geral Transitório da Escola Secundária de Oliveira do Hospital
26.JAN	Reunião com Empresários
	Reunião com antigos alunos do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas
28.JAN	Reunião da ADI – Planos de Formação
	CLAS – Conselho Local de Acção Social
29.JAN	Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
04.FEV	Participação em Tertúlia na Casa da Cultura
11.FEV	Reunião das AZC, na Guarda
14.FEV	Participação na Tertúlia « A participação cívica dos jovens »
20.JAN	Sessão de contratação pública electrónica, no Salão Nobre

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

CANDIDATURAS INDIVIDUAIS (III QCA)

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Ponto de situação
PO Centro	Eixo Prioritário III – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas Medida III.9 – Cultura	Reprogramação Financeira do projecto "Ruínas Romanas de Bobadela – Anfiteatro Romano, Recuperação e criação de condições de visita"	Homologada em 10.NOV.2008

CANDIDATURAS COLECTIVAS (QREN)

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Entidades Envolvidas	Ponto de situação
Regional do Centro (Mais Centro)	Governança e Capacitação Institucional - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)	PROVERE Rede Aldeias do Xisto	Consórcio "PROVERE - Rede Aldeias de Xisto"	Candidatura submetida em 19 de Janeiro de 2009

OUTRAS CANDIDATURAS

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Apresentação de Candidatura	Ponto de situação
Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e o Instituto do Desporto de Portugal, I.P.	Medida 4 "Mini-Campos Desportivos" – 2ª Fase	Mini-Campo Desportivo do Chão da Bispa	Candidatura apresentada em 21.NOV.2008	Candidatura reprovada em 09.FEV.2009
Instituto do Emprego e Formação Profissional		Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Candidatura apresentada em 19.FEV.2009	Em apreciação

Terminadas as informações do Sr. Presidente da Câmara, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei

169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais.

Acerca deste ponto, o Sr. Carlos Rocha prestou o seguinte esclarecimento:

“Segundo informação dos serviços que apoiam esta Assembleia, a alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento deve passar a ter a seguinte redacção: “Misturar os bens com defeito com os restantes, devendo aqueles estar devidamente identificados para os consumidores”.

Seguidamente, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O artigo 17.º diz assim: *são obrigações do feirante, para além das obrigações legais, proceder ao pagamento das taxas, etc.*

Então, pergunto, o pagamento de taxas não é uma obrigação legal?

Eu não sou jurista. Responda quem seja.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes:

“Eu só queria fazer algumas considerações não em relação ao projecto do Regulamento mas sim ao modo como teria sido feito. Em primeiro lugar queria saber se foi feito algum inquérito ou alguma divulgação para com os comerciantes de Oliveira do Hospital, sem ser feirantes, acerca da realização da feira bimensal.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu o seguinte esclarecimento:

“O documento esteve trinta dias úteis em discussão pública. Qualquer cidadão, incluindo os comerciantes, podiam fazer sugestões relativamente a este documento. E não recebemos absolutamente nenhuma.”

O Sr. Carlos Mendes prosseguiu:

“Isto, no fundo, também visa um bocado pormos aquele espaço... É um espaço bonito e agradável, pelo menos no Verão. É um espaço que já deu para a feira e não só. Espero que dê para outras coisas e que o Sr. Presidente autorize que sejam feitas outras coisas, como foram feitas na altura das motas. Penso que um espaço daqueles poderá dar não só para as feiras, como para outro tipo de coisas.

Isto, se calhar, este projecto de regulamento foi tirado de outro regulamento, não será só de Oliveira do Hospital. Mas há uma pergunta: em diversos artigos aparecem expressões como “autorizados pelo Presidente da Câmara”, “designados pelo Presidente da Câmara”, “por despacho do Presidente da Câmara”, entre outras. Eu pretendia saber se isto diz respeito às funções de Presidente da Câmara ou se é em termos de órgão colegial. Penso que a Câmara é um órgão colegial. Não é que o Sr. Presidente seja capaz de fazer isso, mas daria a que, por exemplo, recusasse um feirante por não gostar dele. Da mesma forma, nas contra-ordenações, há uma certa discricionariedade. E a minha pergunta é: é função do Presidente da Câmara ou é do Executivo?”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“Se consultar a redacção actual da Lei n.º 169/99, que define quais são as competências dos órgãos, vê lá um conjunto de competências que são do Executivo – Câmara – delegáveis no Presidente da Câmara. Para além disso e sobre a questão das coimas, hoje, a aplicação de toda e qualquer coima são da competência do Presidente da Câmara. Portanto, não aqui nada de novo.

Por outro lado, se consultar o actual Regulamento da Feira, que foi elaborado numa altura em que a lei era bem diferente, também era da competência do Presidente da Câmara. Aliás, isto até permite que os processos sejam mais rápidos. Salvo erro, já temos quinze pedidos de feirantes para ocupação de espaços na nova feira. E o que é que eu faço? Quando recebo os pedidos, remeto-os ao Sr. Vereador que tem o respectivo pelouro para que dê a sua informação sobre a disponibilidade dos espaços. Depois da informação ser dada, é efectuado o respectivo sorteio. Nem sou eu que atribuo os espaços.

Em resposta ao Sr. Carlos Rocha, ao Sr. Presidente em Exercício, gostaria de dizer que, relativamente às obrigações legais, a única diferença que se procurou estabelecer aqui foi entre aquelas que são legais em termos de Ministério das Finanças – como o Cartão Único – e as que, efectivamente, estão no âmbito de aplicação da própria Câmara.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. José Manuel Borges Gonçalves que fez a seguinte intervenção:

“Vi aqui neste documento duas referências – uma no artigo 8º, nº 4, alínea a) e outra no artigo 18º, nº 3 – ao Cartão Único. O Cartão Único é coisa que não existe. Ainda agora, quanto às obrigações legais, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o Cartão Único não estava nas mãos do Executivo. Nem do executivo, nem de ninguém. O Cartão Único foi uma sigla que apareceu há anos para denominar o chamado Cartão do Cidadão. Isto não existe. Tem que ficar assim: bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal ou cartão do cidadão, porque o cartão de cidadão engloba isto tudo.

Face a esta intervenção, o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que, na realidade, tinha havido um lapso e que o Regulamento devia incluir as alterações sugeridas pelo Sr. José Manuel Borges Gonçalves.

Depois, interveio o Sr. Rui Abrantes:

“Parece-me que não está contemplado aqui – não sei se bem, se mal – o facto de poder não haver feira, ou seja, o Carlos Mendes falou naquelas realizações que se poderão fazer de outro tipo, como já se fizeram, e a Câmara poderá fazer outras realizações que pode adequar à realização ou não de feira nesse fim-de-semana. Nós, no Clube Seita, como estamos condicionados à atribuição de provas mediante calendário nacional e, eventualmente, provas de carácter internacional, na possibilidade de calhar a prova num fim-de-semana em que haja feira, está previsto ou não ser alterada a data?”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“É uma questão que tem que ser acordada com os feirantes. Tal como hoje a Câmara, enquanto órgão colegial, delibera que o Mercado esteja aberto, por exemplo, na Sexta-feira Santa, também pode deliberar alterar a data de realização de uma feira, depois de ouvir os representantes dos feirantes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Desde que a feira está no novo espaço, eu nunca falei nisso, mas gostaria de dizer que faz falta ali a feira de gado. Como os Senhores não devem ignorar, no nosso Município e nos municípios vizinhos, ainda há ovelhas. E o nosso Município até vai fazer, em Março, uma Feira do Queijo. Mas que faça porque, dentro de alguns anos vai deixar de poder fazer, se isto assim continuar, nomeadamente com os pastores, produtores tradicionais, etc.

Antes da feira ter mudado, falei aqui várias vezes, inclusive em sessão de Câmara. Há anos que se devia prever essa situação, que é exigente mas que se devia prever. A falta da feira de gado é mais uma machadada na nossa feira. E agora até queremos fazer duas por mês... se bem eu percebo. Portanto, depois lá estamos nós a ser “os profetas da desgraça”. Então – esperemos que cá estejamos todos vivos e de saúde – falaremos daqui a seis anos. Não digam que não falei aqui hoje. Se as coisas continuarem como vão...

Em relação ao Regulamento e quanto ao Cartão de Feirante, nós percebemos que as coisas tenham que evoluir. E que até para controlar melhor determinado tipo de feirantes seja bom que o Cartão de Feirante seja informatizado. Agora, os feirantes de produção própria, agricultores, terem um cartão que lhes permita vender em Oliveira do Hospital e em Faro, é pura tontaria. Logo aqui também estamos a criar mais um obstáculo para esse tipo de feirantes, tradicionais, e que ainda iam fazendo algum dinheiro nisto. Depois, com a crise, menos dinheiro terão.

Primeira pergunta: quanto é que custa, hoje, o Cartão Municipal e quanto é que vai custar o próximo?

Depois, ler este artigo décimo. E nós estamos a ver para feirantes que conhecíamos e para feirantes que ainda faziam a feira. Eu até estou a falar dos pequenos agricultores, produtores de produtos tradicionais. “*Nos espaços de venda, tabuleiros, bancadas, veículos, reboques ou quaisquer outros meios utilizados para venda dos produtos devem os feirantes afixar, de forma bem visível e facilmente legível pelo público, um letreiro, de acordo com o modelo aprovado pela Portaria n.º 378/2008, de 26 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 37/2008, de 23 de Julho, do qual conste o seu nome e o número do cartão de feirante.*” De facto, nós estamos a ver para onde é que estamos a levar as coisas. O que é que isto significa? Isto é tontaria.

Depois, no artigo décimo terceiro, diz que “*o preço deve ser exibido em dígitos de forma visível, inequívoco, fácil e perfeitamente legível, através de letreiros, etiquetas ou listas*”. Sem querer estar agora a “atirar facadas” porque é que quem escreveu isto não escreve antes um livro em vez de escrever regulamentos? Já viram que agora, numa feira, não se pode regatear o preço? Numa feira, tradicional, onde iam as pessoas do nosso Povo, não se pode regatear o preço? Isto deixou de ser uma feira. Isto é mais uma machadada na alma de uma feira. E isto é da nossa tradição cultural. Eu gosto de regatear numa feira. Não me tirem esse gosto. Eu prefiro ser “enganado” por um cigano do que comprar numa loja do Pingo Doce ou do Dolce Vita. Eu prefiro ser “enganado” por um marroquino do que ir comprar na Zara, mesmo que tivesse dinheiro.

Eu estou a pôr esta questão porque, de facto, isto atenta contra estas coisas.

Mas, a questão fundamental é a de termos duas feiras por mês. Eu não consigo avaliar bem esta questão. De facto, isto exigia quase que um referendo. Mas, para não complicar muito: eu estou a ver aqui comerciantes dos “comes e bebes”, dos cafés, que, com três ou quatro feiras por mês não se devem ralar muito. Mas, outro tipo de comerciantes, de que a feira é concorrente mais directamente, se calhar já são afectados. E, depois, que tipo de comerciantes é que vêm vender no nosso Município? De onde é que eles vêm? Quem são? Isto mexe com coisas que tinham que ser muito bem avaliadas. Eu, sinceramente, não sei avaliar. Só sei pôr aqui estas minhas dúvidas e que quero partilhar convosco.”

Depois, interveio o Sr. Presidente da Câmara:

“Eu vou começar por responder ao Prof. João Dinis lendo uma intervenção sobre a nova feira, feita por um membro desta Assembleia na sessão de vinte e três de Dezembro de dois mil e seis:

“Só uma nota em relação à Feira: eu não estou contra que seja a obra do próximo ano, pelo menos da pasta financeira. Mas queria recordar que o mercado é um modelo económico do passado, não é um modelo económico de futuro. E eu comecei por dizer que não estou contra a Feira, mas o mercado é uma forma económica do passado. Noventa por cento das práticas comerciais que ali se praticam começam a estar ilegais, não só no domínio da alimentação e bebidas, no domínio da reprodução áudio e vídeo, vestuário e calçado. Começa a não ter condições de competir com os bazares que, aliás, já há muitos aqui em Oliveira do Hospital. Portanto, cuidado, pois mais uma vez estamos a apostar numa forma económica que é do passado. Cuidado com isto.”

Isto para lhe dizer o quê? Que, se amanhã se justificar uma feira do gado... Neste momento, há enormes restrições à venda de animais em feiras, como sabe. Mas, se amanhã se justificar a sua existência, só teremos que criar um espaço com essa finalidade. E não introduzi-lo ali naquele espaço. Portanto, eu não vejo qualquer problema relativamente a isso.

Relativamente à questão do Cartão de Feirante: eu acho que, para o próprio feirante, é muito mais fácil e muito mais barato. Mas, a outra questão que se pode colocar é em termos de controlo pelo Fisco e sobre isso naturalmente que não vou falar.

Por outro lado, as exigências que são feitas no Regulamento decorrem da lei. Não podíamos deixar de incluir no Regulamento as imposições determinadas pela lei. Vai ser entregue uma cópia do Regulamento a todos os feirantes para saberem quais são as regras que se aplicam naquele espaço. Depois, caberá a cada um cumprir ou não e sujeitar-se à entidade fiscalizadora, que não é a Câmara Municipal. O que nós procuramos com o Regulamento é que cada um saiba quais são as suas obrigações, nomeadamente dentro daquele espaço.

Queria só acrescentar que enviámos cópia do projecto de Regulamento para a DECO e para a Associação de Feirantes das Beiras e que não recebemos qualquer sugestão por parte daquelas entidades.”

Terminadas as intervenções sobre o Ponto II da Ordem do Dia, a Mesa colocou à votação a proposta da Câmara Municipal para o Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção, e incluindo as seguintes alterações:

Artigo 8º

(...)

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- a) Documento de identificação com fotografia: Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Passaporte ou Cartão de Cidadão;
- b)
- c)

Artigo 15.º

(...)

- 1 -
- 2 -
- a) Misturar os bens com defeito com os restantes, devendo aqueles estar devidamente identificados para os consumidores;
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)

Artigo 18.º

(...)

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- a)
- b) Bilhete de Identidade e Cartão de Identificação Fiscal ou Cartão de Cidadão;
- c) [Anterior alínea e).]
- d) (Eliminada.)
- e) (Eliminada.)
- 4 -
- 5 -

Seguidamente, entrou-se no Ponto III – Apreciação e votação, nos termos do nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de pedido de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – incluído na Ordem do Dia nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.

Sobre este assunto, o Sr. Carlos Mendes fez a seguinte intervenção:

“Aqui não há dúvidas até porque já foi criado um precedente. Um precedente de isenção, já com esta nova lei, pelo que me parece que não há lugar a qualquer tipo de perguntas.”

Em seguida, a Mesa colocou à votação o pedido de isenção de pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, requerido por Clínica Médica Dentária de Oliveira do Hospital e relativo à aquisição de uma fracção autónoma, designada pela letra “I”, composta por escritório no 1º Andar a poente, do primeiro andar direito do

prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo número 2192, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 00854/220293, sito ao Passal, na cidade de Oliveira do Hospital, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Por fim, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo vinte e três horas e trinta minutos, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
